

PRECONCEITO LINGÜÍSTICO NA PERSPECTIVA DO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

LINGUISTIC PREJUDICE FROM THE PERSPECTIVE OF PORTUGUESE LANGUAGE TEXTBOOKS IN THE FINAL YEARS OF ELEMENTARY SCHOOL

Janaína Batista de Matos Dantas¹

RESUMO

Nos últimos anos, os livros didáticos de língua portuguesa têm sido objeto de críticas concernentes à reprodução do preconceito linguístico e à escassa representatividade das expressões regionais. Por isto, esta pesquisa objetivou analisar a abordagem do preconceito linguístico e das expressões regionais em livros didáticos de Língua Portuguesa do ensino fundamental – anos finais. A investigação articulou dois procedimentos metodológicos: pesquisa documental em cinco coleções didáticas aprovadas pelo PNLD e pesquisa bibliográfica narrativa sobre a temática. O estudo comparativo revelou que a variação linguística é tratada de maneira heterogênea, com algumas coleções oferecendo abordagem mais abrangente, enquanto outras se limitam à dicotomia formal/informal. Em todos os casos, identificaram-se lacunas na profundidade analítica e na inclusão de variedades estigmatizadas do português brasileiro, o que contribui para a perpetuação do preconceito linguístico. Os livros didáticos frequentemente priorizam o ensino da norma padrão em detrimento da reflexão sobre a diversidade linguística, relegando a discussão sobre a concepção de norma-padrão, norma culta e suas implicações sociais. Sugere-se que pesquisas futuras se concentrem no desenvolvimento e na avaliação de estratégias pedagógicas mais eficazes para a abordagem da variação linguística em sala de aula.

Palavras-chave: Preconceito linguístico; Livro didático; Língua Portuguesa; Ensino fundamental.

ABSTRACT

¹ <https://orcid.org/0009-0006-6021-1303> Mestrado em Ciências da Educação pela Interamericana. Licenciada em Letras Português/Francês, Especialista em Língua Portuguesa, Gestão e Coordenação e Língua Francesa. Contato: janainamacedo2006@hotmail.com

In recent years, Portuguese language textbooks have been subject to criticism regarding the reproduction of linguistic prejudice and the scarce representation of regional expressions. This research aimed to analyze the approach to linguistic prejudice and regional expressions in Portuguese Language textbooks for the final years of elementary school. The investigation combined two methodological procedures: documentary research on five textbook collections approved by the PNLD and narrative bibliographic research on the subject. The comparative study revealed that linguistic variation is treated heterogeneously, with some collections offering a more comprehensive approach, while others are limited to the formal/informal dichotomy. In all cases, gaps were identified in the depth of analysis and in the inclusion of stigmatized varieties of Brazilian Portuguese, which contributes to the perpetuation of linguistic prejudice. Textbooks often prioritize the teaching of the standard norm over reflection on linguistic diversity, relegating discussions about the conception of standard norm, cultured norm, and their social implications. It is suggested that future research focus on developing and evaluating more effective pedagogical strategies for addressing linguistic variation in the classroom.

Keywords: Linguistic prejudice; Textbook; Portuguese Language; Elementary school.

1. INTRODUÇÃO

O livro didático de Língua Portuguesa figura como componente fundamental no cenário educacional brasileiro, desempenhando papel crucial na estruturação e condução do ensino e aprendizagem da língua materna. Sua relevância transcende o mero fornecimento de conteúdos linguísticos, adentrando os domínios da formação cultural e identitária dos estudantes. Desde os primórdios da educação formal, o livro didático tem sido instrumento de difusão do conhecimento linguístico, adaptando-se e evoluindo para atender às demandas pedagógicas em constante mutação (Silva Ota, 2009).

No contexto brasileiro, notáveis estudiosos e educadores, como Paulo Freire e Antônio Candido, contribuíram significativamente para a reflexão e produção de materiais didáticos, inserindo-os em discussões mais amplas sobre educação e sociedade. Suas obras influenciaram a concepção e abordagem dos livros didáticos, buscando não apenas o desenvolvimento das habilidades linguísticas, mas também a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel social (Santana; Merli, 2021).

Ao longo das décadas, observa-se constante atualização e diversificação dos conteúdos e metodologias nos livros didáticos de Língua Portuguesa. A partir das contribuições de teóricos contemporâneos, como Marcuschi e Kleiman, os materiais didáticos passaram a privilegiar abordagens comunicativas e interativas, valorizando a compreensão e produção de textos em diferentes contextos e gêneros discursivos (Picoli, 2022).

Uma das principais questões levantadas refere-se ao tratamento desigual das variedades linguísticas presentes no Brasil, com tendência à valorização da norma culta em detrimento das variedades populares. Essa preferência contribui para a perpetuação do preconceito linguístico, que desvaloriza e estigmatiza falares regionais e populares, dificultando a construção de uma identidade linguística plural e inclusiva. Além disso, a sub-representação das expressões regionais nos livros didáticos silencia vozes e saberes locais, empobrecendo a formação dos estudantes.

Outro ponto de preocupação concerne à falta de abordagem crítica e reflexiva sobre as questões linguísticas. Muitos materiais ainda adotam perspectiva normativa e prescritiva, focada na memorização de regras gramaticais e na correção linguística, sem estimular a reflexão sobre a natureza dinâmica e social da linguagem. Essa abordagem limitada pode reforçar concepções equivocadas sobre a língua e contribuir para a reprodução de estereótipos linguísticos e sociais, perpetuando desigualdades linguísticas e culturais (Suassuna, 1995).

Diante dessas problemáticas, evidencia-se a necessidade de revisão e atualização dos livros didáticos de Língua Portuguesa, visando abordagem mais inclusiva, crítica e contextualizada das questões linguísticas. É fundamental que os materiais didáticos reconheçam e valorizem a diversidade linguística brasileira, promovendo o respeito e a valorização de todas as formas de falar. Além disso, é essencial que estimulem o pensamento crítico e reflexivo dos estudantes sobre a língua, incentivando-os a questionar estereótipos e preconceitos linguísticos e a compreender a linguagem como prática social e culturalmente situada (Sá; Ferreira, 2015).

A problemática que orienta este estudo insere-se no campo do ensino, aprendizagem, linguística e instrumentos didáticos, tendo como pergunta de pesquisa: "Como é a abordagem do preconceito linguístico e das expressões regionais nos livros didáticos de Língua Portuguesa

do ensino fundamental anos finais?" Para responder a essa questão, estabelece-se como objetivo geral analisar como são abordados o preconceito linguístico e as expressões regionais nesses materiais. Especificamente, busca-se: analisar a presença e a representação do preconceito linguístico nos livros didáticos, identificando exemplos de estigmatização de diferentes variedades linguísticas e regionalismos; investigar como as expressões regionais são abordadas, avaliando se são valorizadas como parte da diversidade linguística e cultural do país ou se são estigmatizadas ou ignoradas; e avaliar a interdisciplinaridade e a formação do professor para a abordagem dessas temáticas em sala de aula.

A hipótese que orienta esta pesquisa é que o preconceito linguístico e a sub-representação das expressões regionais nos livros didáticos refletem uma visão normativa e centralizada da linguagem, desconsiderando a diversidade linguística e cultural presente no país. Partindo dessa premissa, conjectura-se que os materiais pedagógicos analisados tendem a favorecer a norma culta em detrimento das variedades linguísticas populares, contribuindo para a perpetuação de estigmas linguísticos e para a exclusão de grupos sociais.

2. ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

No cenário educacional brasileiro, o ensino da língua portuguesa assume papel preponderante na formação educacional e cultural dos sujeitos, constituindo-se como eixo estruturante do processo de escolarização. Desde o período colonial, a língua portuguesa foi institucionalizada como idioma oficial, sendo difundida, primordialmente, pelos jesuítas, que a empregaram como instrumento de catequização das populações indígenas. Tal processo assinala o início da consolidação do idioma no território nacional, evidenciando sua estreita vinculação com aspectos históricos e culturais (Suassuna, 2008).

Ao longo dos séculos, o ensino da língua portuguesa experimentou sucessivas transformações, as quais refletem as peculiaridades dos contextos políticos, sociais e

educacionais vigentes em cada período histórico. Durante as fases colonial e imperial, o acesso ao ensino da língua portuguesa restringia-se às elites letradas, predominando abordagem centrada na gramática normativa e na literatura clássica portuguesa, com forte ênfase na memorização de regras e na tradução de textos (Antunes, 2009).

No decorrer do século XX, com o advento dos movimentos de renovação pedagógica, influenciados pelas proposições de Paulo Freire e de outros educadores progressistas, o ensino da língua portuguesa passou a incorporar abordagens mais contextualizadas e críticas. Emergiram propostas metodológicas que privilegiavam a reflexão sobre a língua em uso a partir de situações comunicativas autênticas, bem como o reconhecimento e a valorização das variedades linguísticas que compõem o mosaico sociolinguístico brasileiro (Elias, 2011).

Nas últimas décadas, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a instituição dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o ensino da língua portuguesa foi submetido a novas reformulações curriculares. Observou-se movimento progressivo em direção à valorização da oralidade, da produção textual e da leitura crítica, buscando-se desenvolver competências comunicativas imprescindíveis à participação social e ao exercício pleno da cidadania (Aguilar; Santos, 2019).

Nessa perspectiva, o ensino da língua portuguesa revela-se como área de conhecimento indispensável ao desenvolvimento educacional e social dos discentes, constituindo-se como pilar essencial à sua formação integral.

As teorias linguísticas oferecem suporte teórico-metodológico fundamental ao ensino da língua portuguesa, ao fornecerem arcabouço conceitual que possibilita a compreensão dos diferentes níveis de análise linguística. No âmbito da fonologia, destacam-se as contribuições de Saussure; na morfologia, as proposições de Chomsky revelam-se essenciais; no campo da sintaxe, os estudos de Radford têm se mostrado basilares; na semântica, as teorias de Jackendoff oferecem relevantes subsídios; e, no domínio da pragmática, evidenciam-se as contribuições de Grice (De Souza, 2019; Neto, 2018; Ilari, 2004; Martelota, 2008).

A compreensão aprofundada desses elementos fundamentais da linguagem mostra-se imprescindível para o desenvolvimento das habilidades linguísticas dos educandos. A fonologia

ocupa-se do estudo dos sons da língua e de suas combinações; a morfologia investiga a estrutura interna dos vocábulos; a sintaxe ocupa-se das relações entre as palavras no interior da frase; a semântica dedica-se ao estudo do significado das palavras e das expressões; por fim, a pragmática debruça-se sobre o uso da linguagem em situações comunicativas concretas (De Souza, 2019; Neto, 2018; Ilari, 2004; Martelota, 2008; Weedwood, 2002).

3. O LIVRO DIDÁTICO E SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Ao longo da trajetória histórica da educação, o livro didático tem ocupado posição de destaque no cenário pedagógico, configurando-se como recurso instrucional amplamente utilizado para subsidiar o processo de ensino e aprendizagem. Sua função precípua consiste em disponibilizar conteúdos sistematicamente organizados sob perspectiva didática e estrutural, adequados à faixa etária e ao estágio de desenvolvimento cognitivo dos educandos, constituindo-se, portanto, em ferramenta mediadora entre o conhecimento sistematizado e os sujeitos em processo de formação.

Durante os séculos XIX e XX, testemunhou-se expansão significativa na produção e circulação de livros didáticos, fenômeno diretamente relacionado à ampliação da educação básica e à crescente demanda por materiais instrucionais acessíveis às diferentes camadas populacionais. No Brasil, a institucionalização do livro didático como instrumento central no ensino ocorreu com a criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em 1929, iniciativa governamental que visava assegurar o fornecimento gratuito de materiais didáticos às escolas da rede pública, consolidando política pública de abrangência nacional voltada à democratização do acesso ao conhecimento (Narita, 2010).

Na contemporaneidade, o livro didático mantém sua relevância como elemento central no processo educacional, sendo empregado como um dos principais recursos didáticos nas instituições de ensino em âmbito global. Sua atuação não se restringe à mera transmissão de

conhecimentos disciplinares, uma vez que se constitui, igualmente, em instrumento de formação cultural, ética e cidadã dos estudantes. No Brasil, o PNLD persiste como o principal programa de distribuição de livros didáticos, assegurando o acesso gratuito a materiais de qualidade para milhões de alunos em todo o território nacional, o que evidencia o compromisso estatal com a equidade educacional (Gonçalves, 2017; Narita, 2010).

Os livros didáticos desempenham função primordial no processo de ensino e aprendizagem, sendo considerados ferramentas indispensáveis à transmissão e à apropriação do conhecimento no âmbito escolar. Sua importância reside na capacidade de organizar e sistematizar os conteúdos de maneira didática e acessível aos discentes, contribuindo para a construção de base conceitual sólida nas mais diversas áreas do saber (Souza Oliveira; Marques Gonçalves, 2021).

Outro aspecto que merece destaque concerne à orientação pedagógica que os livros didáticos proporcionam aos docentes. Tais materiais são elaborados por especialistas com sólida formação na área educacional e no campo específico do conhecimento, incorporando sugestões de atividades, propostas avaliativas e orientações metodológicas que auxiliam o professor no planejamento e na condução das aulas (Lajolo, 1987). Ademais, os livros didáticos frequentemente integram recursos complementares – exercícios, ilustrações, mapas e textos de apoio – que enriquecem a experiência de aprendizagem dos alunos e diversificam as estratégias de ensino (Souza Oliveira; Marques Gonçalves, 2021).

Não obstante sua inquestionável relevância, a utilização de livros didáticos no contexto educacional contemporâneo enfrenta desafios e críticas que impactam diretamente o processo de ensino e aprendizagem. Entre as principais objeções, destaca-se a padronização do ensino, na medida em que os livros didáticos, não raro, adotam abordagem homogênea, desconsiderando as especificidades regionais, as diversidades culturais e as necessidades individuais dos alunos (Souza Oliveira; Marques Gonçalves, 2021). Além disso, a defasagem dos conteúdos constitui crítica recorrente, uma vez que muitos materiais permanecem estáticos por longos períodos, sem acompanhar as aceleradas transformações sociais, tecnológicas e culturais que caracterizam a sociedade contemporânea (Brasil, 1985). Tais limitações impõem

a necessidade de reflexão contínua sobre os critérios de seleção, avaliação e atualização dos livros didáticos, bem como sobre o papel mediador do professor na utilização crítica desses recursos em sala de aula.

4. SOCIOLINGUÍSTICA, VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E PRECONCEITO LINGUÍSTICO

A sociolinguística constitui-se como campo disciplinar dedicado ao exame das imbricações entre língua e sociedade, investigando como fatores de ordem social, cultural e histórica influenciam a linguagem e, reciprocamente, como esta atua na construção e manutenção das relações sociais. Seu objeto de estudo abarca temáticas diversas, que vão desde a variação linguística até o multilinguismo e as políticas linguísticas, conferindo-lhe caráter interdisciplinar e abrangente. Esta área do conhecimento emergiu no decurso do século XX, impulsionada pela necessidade premente de compreender a heterogeneidade linguística inerente às comunidades humanas e os mecanismos subjacentes a essa diversidade (Grodt; Schneider, 2007; Silva, 2019).

A abordagem sociolinguística fundamenta-se no princípio de que a língua constitui instrumento essencialmente social, cujo uso se encontra indissociavelmente vinculado aos contextos nos quais se insere. Nessa perspectiva, a sociolinguística dedica-se a investigar como variáveis sociais – classe social, gênero, etnia, faixa etária e situação comunicativa – atuam sobre as escolhas linguísticas dos falantes, gerando padrões sistemáticos de variação e desencadeando processos de mudança linguística ao longo do tempo (Mollica; Braga, 2003).

A variação linguística refere-se à multiplicidade de formas de expressão de uma mesma língua, as quais emergem em decorrência da diversidade de contextos sociais, culturais, geográficos e históricos nos quais os falantes estão inseridos. Tais variações podem ser classificadas em diferentes modalidades, destacando-se a variação regional, a variação social e a variação estilística, cada qual apresentando características específicas que exercem influência

direta sobre a comunicação e sobre a construção da identidade linguística dos sujeitos (Aguilera, 2006).

A variação regional diz respeito às particularidades linguísticas associadas a determinadas áreas geográficas, abrangendo diferenças de léxico, pronúncia, entonação e, em alguns casos, estruturas gramaticais peculiares, as quais refletem as especificidades culturais e históricas de cada localidade (Aguilera; Doiron, 2016). A variação social relaciona-se às diferenças linguísticas condicionadas por fatores sociológicos, tais como classe social, grau de escolaridade, profissão e pertencimento étnico (Altino, 2012). Para além das variações regional e social, identifica-se ainda a variação estilística, que se manifesta em função das diferentes situações comunicacionais vivenciadas pelos falantes, envolvendo ajustes no registro linguístico conforme o grau de formalidade do contexto interacional (Aguilera, 2006).

O preconceito linguístico, por sua vez, pode ser compreendido como conjunto de atitudes negativas e estereotipadas dirigidas às variedades linguísticas consideradas não padrão ou desviantes da norma culta. Tal fenômeno caracteriza-se pela discriminação e desvalorização de determinados falares, frequentemente associados, de maneira arbitrária, a características sociais, culturais ou educacionais tidas como desfavoráveis. O preconceito linguístico reflete não apenas a hierarquização social das diferentes formas de falar, mas também a imposição de uma norma linguística única e homogênea, que desconsidera a riqueza e a pluralidade inerentes às expressões linguísticas presentes no tecido social (Altino, 2012).

As manifestações do preconceito linguístico na sociedade são múltiplas e podem ser observadas em diferentes contextos e situações comunicativas. No âmbito educacional, tal fenômeno evidencia-se por meio da desvalorização dos falares não padrão por parte de professores e instituições escolares, os quais, não raro, associam essas variedades a suposta carência de competência linguística ou intelectual por parte dos falantes (Cardoso, 2014). Para além do espaço escolar, o preconceito linguístico também se faz presente de maneira difusa na sociedade, manifestando-se por meio de estereótipos linguísticos veiculados pela mídia, pela literatura e pelo senso comum, os quais reforçam hierarquias e estigmas sociais (Ramos, 2010).

O preconceito linguístico exerce impacto substancial sobre a autoestima e a identidade

dos falantes, afetando negativamente a percepção que estes desenvolvem acerca de si mesmos e de sua própria língua. Quando determinadas variedades linguísticas são estigmatizadas e consideradas inferiores à norma padrão, os falantes que as utilizam tendem a internalizar tais estigmas, desenvolvendo sentimentos de inferioridade e inadequação linguística que comprometem sua segurança comunicativa (Ramos, 2006). Esse processo de internalização do preconceito pode conduzir à negação da própria identidade linguística e cultural, levando os falantes a buscarem distanciar-se de suas raízes linguísticas em movimento de assimilação forçada à norma hegemônica (Roncarati; Abraçado, 2009).

5. O PAPEL DO PNLD E DA BNCC NA ABORDAGEM DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) constitui a principal política pública de distribuição de materiais didáticos no Brasil, exercendo influência decisiva sobre a produção, seleção e utilização de livros nas escolas públicas. Instituído em 1929 e reformulado ao longo das décadas, o PNLD estabelece critérios de avaliação que orientam a elaboração dos materiais, os quais devem estar alinhados às diretrizes curriculares nacionais e às demandas pedagógicas contemporâneas (Gonçalves, 2017).

Os editais do PNLD, particularmente a partir das últimas décadas, têm incorporado exigências relacionadas ao tratamento da diversidade linguística. O edital do PNLD 2017, por exemplo, estabeleceu que os livros didáticos deveriam "contribuir para a formação de cidadãos críticos, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural e linguística do país" (Brasil, 2016). Da mesma forma, o edital do PNLD 2020 reforçou a necessidade de abordagem da variação linguística que supere a mera apresentação de diferenças regionais, contemplando dimensões sociais, históricas e culturais.

Apesar dessas diretrizes, pesquisas têm demonstrado que os livros didáticos, embora mencionem a variação linguística, frequentemente o fazem de maneira superficial ou

estereotipada. Bagno (2007) e Lucchesi (2015) argumentam que muitos materiais limitam-se a exemplificar diferenças lexicais entre regiões, sem aprofundar questões relativas ao preconceito linguístico e à hierarquização social das variedades. Essa abordagem reducionista revela a distância entre as prescrições dos editais e a efetiva implementação nos materiais.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, representa o mais recente documento orientador para a educação básica brasileira, estabelecendo competências e habilidades que devem ser desenvolvidas em cada etapa da escolarização. No âmbito do ensino de Língua Portuguesa, a BNCC destaca a importância do trabalho com a diversidade linguística, prevendo que os estudantes sejam capazes de:

"reconhecer e valorizar as variedades linguísticas do português, de modo a compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social e variável, e a combater o preconceito linguístico" (Brasil, 2018, p. 141).

Entre as habilidades previstas para o ensino fundamental – anos finais, destacam-se:

- EF69LP07: "Analisar, em textos de diferentes gêneros, marcas linguísticas que caracterizam as variedades linguísticas, reconhecendo-as como inerentes à língua" (Brasil, 2018, p. 143).
- EF69LP12: "Reconhecer e usar adequadamente, em textos orais e escritos, as variedades linguísticas, considerando o contexto de produção e circulação" (Brasil, 2018, p. 144).

Contudo, a análise dos livros didáticos revela que as habilidades relacionadas à variação linguística nem sempre são contempladas de maneira satisfatória. Estudos como os de Pierozan e Pedrassani (2022) e Santana e Merli (2021) indicam que muitos materiais tratam a variação de modo periférico, priorizando o ensino da norma padrão e relegando a discussão sobre diversidade linguística a atividades secundárias ou descontextualizadas.

Essa tensão entre as prescrições curriculares e as práticas editoriais evidencia a necessidade de maior articulação entre os documentos oficiais e a produção dos livros didáticos. Para que a BNCC e o PNLD cumpram seu papel transformador, é fundamental que os critérios

de avaliação dos livros sejam mais rigorosos quanto à abordagem da variação linguística, e que os professores recebam formação adequada para explorar criticamente esses conteúdos em sala de aula.

6. METODOLOGIA

A presente pesquisa foi conduzida mediante a articulação de dois procedimentos metodológicos complementares: pesquisa documental, aplicada à análise de livros didáticos de Língua Portuguesa, e pesquisa bibliográfica narrativa, voltada à revisão da literatura especializada. Ambos os métodos foram operacionalizados sob abordagem descritiva, exploratória e qualitativa, adequada à investigação de fenômenos educacionais e linguísticos, uma vez que possibilita a compreensão aprofundada dos objetos analisados, bem como a apreensão de suas múltiplas dimensões e significados.

A pesquisa documental constitui modalidade investigativa alicerçada na análise de documentos enquanto fontes primárias de dados. Tais documentos podem assumir naturezas diversas, abrangendo textos escritos, registros históricos, dispositivos legais, relatórios institucionais, periódicos, entre outros suportes informacionais. O propósito central da pesquisa documental reside na análise e interpretação desses materiais com vistas à obtenção de informações pertinentes ao objeto de estudo, permitindo ao pesquisador acessar dados que, em muitas circunstâncias, não seriam passíveis de captação por outros instrumentos de coleta (Silva; Almeida; Guindani, 2009).

No âmbito das investigações educacionais, a pesquisa documental revela-se como ferramenta de notável potência e versatilidade, oferecendo aos pesquisadores a possibilidade de explorar fontes heterogêneas e de produzir conhecimento consistente, ancorado em evidências empíricas. Ao viabilizar o acesso a amplo espectro de informações, produzidas em contextos naturais sem a interferência do pesquisador, assume papel de relevância na construção e no avanço do saber no campo educacional (Kripka; Scheller; Bonotto, 2015).

A pesquisa bibliográfica configura-se como procedimento metodológico indispensável

à edificação do conhecimento científico, consistindo na revisão sistemática e na análise crítica da produção acadêmica consolidada acerca de determinada temática. Seu objetivo precípua reside no mapeamento, na descrição e na síntese do conhecimento disponível, permitindo ao pesquisador identificar lacunas teóricas, tendências epistemológicas e perspectivas para investigações futuras (Pizzani et al., 2012). Esse tipo de pesquisa revela-se essencial para a fundamentação teórica do estudo, fornecendo os subsídios conceituais e analíticos necessários à compreensão aprofundada do objeto de investigação, situando a pesquisa no interior do debate acadêmico vigente (Campos et al., 2023).

No que tange à abordagem qualitativa adotada, esta se caracteriza pela ênfase na compreensão dos fenômenos em sua totalidade, considerando os significados atribuídos pelos sujeitos e as especificidades dos contextos investigados. Diferentemente das abordagens quantitativas, que privilegiam a mensuração e a generalização estatística, a pesquisa qualitativa busca apreender a complexidade e a profundidade dos objetos estudados, valorizando a subjetividade, a interpretação e a contextualização dos dados. No presente estudo, essa abordagem mostra-se particularmente pertinente, haja vista a necessidade de analisar, de maneira criteriosa e interpretativa, as representações do preconceito linguístico e das expressões regionais veiculadas pelos livros didáticos.

6.1. Universo da Análise

O universo desta pesquisa divide-se em duas dimensões: o corpus documental, constituído pelos livros didáticos analisados, e o universo bibliográfico, composto pelas publicações utilizadas para o diálogo teórico. Quanto ao corpus documental, foram selecionados, por meio da base de dados do Programa Nacional do Livro Didático, cinco coleções de língua portuguesa utilizadas no ensino fundamental anos finais das escolas brasileiras.

Quadro 1 – Livros/coleções analisadas

Coleção	Autor(es)	Editora	Ano	Volume analisado
Singular e Plural	Geralda de Oliveira, Lucy Aparecida Melo, Sandra Regina de Carvalho	Editora do Brasil	2018	6º ao 9º ano
Tecendo Linguagens	Tania Amaral Oliveira, Lucy Aparecida Melo	IBEP	2018	6º ao 9º ano
Português: Linguagens	William Cereja, Thereza Cochar Magalhães	Saraiva	2018	6º ao 9º ano
Projeto Teláris Essencial	Ana Trinconi, Terezinha Bertin, Vera Marchezi	Ática	2018	6º e 9º ano
APOEMA: Português	Maria do Socorro M. P. Duarte, Analice Piloto, Márcia de Sena	Editora do Brasil	2018	7º ano

6.1. Universo da Análise

O embasamento teórico-conceitual desta pesquisa fundamenta-se nos estudos de Bagno (1999, 2007), Mollica e Braga (2003), De Castilho (1998), Bortoni-Ricardo (2004), Kleiman (2009) e Possenti (1996). Tais autores oferecem contribuições essenciais para a compreensão da variação linguística e do preconceito linguístico, destacando a natureza dinâmica e multifacetada da linguagem e sua relação com a diversidade cultural e social das comunidades falantes.

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

7. 1. Abordagens das Expressões Regionais e Preconceito Linguístico nos Livros Didáticos

A análise dos livros didáticos revelou diversidade significativa na abordagem da variação linguística e das expressões regionais, evidenciando interseção complexa entre fatores históricos e contextuais. A influência regional destaca-se como determinante significativo na caracterização das variedades linguísticas, uma vez que as características linguísticas de uma região tendem a refletir as peculiaridades culturais, históricas e sociais do espaço territorial (Santana; Merli, 2021).

7.1.1. Análise da Coleção "Singular e Plural"

A coleção "Singular e Plural" apresenta abordagem notável ao dedicar capítulo específico à discussão da variação linguística. Esta iniciativa representa mudança significativa em relação à prática tradicional de ensino de língua, que historicamente baseou-se nas normas prescritas pelos compêndios gramaticais para julgar expressões como corretas ou incorretas.

Por meio das atividades propostas, observa-se que as autoras reconhecem a escola como espaço onde o conhecimento científico formal se encontra com o conhecimento do senso comum, promovendo a formação cidadã. Evidencia-se que as autoras percebem a linguagem como ferramenta de interação, incentivando os alunos a compreender seu funcionamento por meio de situações reais do uso cotidiano.

As atividades reflexivas sobre variação linguística propostas envolvem o uso da língua em diferentes contextos sócio-comunicativos. As autoras abordam de maneira reflexiva diversos conteúdos essenciais para a compreensão abrangente da variedade que compõe o repertório linguístico dos brasileiros:

- Variação histórica: visa mostrar a língua como fenômeno dinâmico que passa por mudanças ao longo do tempo.

- Variações regionais: buscam familiarizar o aluno com as diferenças linguísticas em termos de vocabulário e sotaque entre as diferentes regiões do país.
- Distinções entre linguagem formal e informal: demonstram como a escolha da linguagem varia de acordo com a situação e o contexto comunicativo.
- Diferenças entre o falar rural e urbano: ilustram como a pronúncia de certas palavras pode variar dependendo do ambiente de uso.

Destaca-se que, durante o estudo das variações linguísticas, os termos "língua padrão" ou "norma culta" são substituídos por "variedades urbanas de prestígio", reconhecendo que mesmo no uso da variedade de prestígio há diferenças entre os padrões linguísticos das diversas regiões do país.

O objetivo principal das atividades sobre variação linguística é substituir a noção de "falar errado" por uma compreensão das diferenças entre as diversas variedades da língua, enfatizando que todos os modos de falar possuem organização gramatical complexa e sua própria lógica interna.

Nesse sentido, o livro didático analisado apresenta consonância com os estudos linguísticos e sociolinguísticos, bem como com os princípios teóricos estabelecidos nos PCNs e na BNCC, ao enfatizar a conscientização e a valorização das diferentes variedades do português, combatendo o preconceito linguístico

7.1.2. Análise da Coleção "Tecendo Linguagens"

Na coleção "Tecendo Linguagens", observou-se, por meio das atividades sobre variação linguística, que o estudo direcionado à sociolinguística se apresenta de maneira genérica, sem explicação detalhada. O conteúdo não se mostra suficiente para reflexão aprofundada e compreensão completa do assunto.

Embora os autores abordem conhecimentos linguísticos relevantes para a formação do aprendiz, particularmente em relação às situações e contextos de uso da linguagem formal e

informal, limitam-se a esses aspectos, como se as variações linguísticas fossem apenas questão de formalidade e informalidade. Outros tipos de variações, como as históricas e regionais, são mencionados de forma superficial em apenas um conceito sobre variação linguística. Não há textos ou exemplos mais detalhados sobre como essas variações se manifestam nos diferentes dialetos do país, comprometendo a compreensão da língua como sistema e da variação linguística como fenômeno social.

O próprio guia do PNLD 2017 sugere que as explicações e atividades podem ser aprimoradas pela intervenção do professor, visando ampliar as reflexões sobre a diversidade de registros e variedades do português brasileiro. Os autores reconhecem que as informações relacionadas ao estudo das variações linguísticas precisam ser complementadas com explicações mais detalhadas por parte do professor, a fim de garantir compreensão mais ampla por parte do aluno.

7.1.3. Análise da Coleção "Português: Linguagens"

A análise da proposta presente na coleção "Português: Linguagens" revela deficiências em diversos aspectos, apesar de abordar questões relacionadas à variação linguística. Observa-se que as diversas variedades da língua são utilizadas para instruir os alunos sobre como corrigir determinados usos linguísticos. Nesses casos, o livro didático adota a norma padrão e, a partir dela, classifica as demais variedades como inferiores, vulgares ou rurais. Essa abordagem perpetua e reforça preconceitos sociais e linguísticos, ao reproduzir paradigmas que contribuem para a polarização sociolinguística (Lucchesi, 2015).

Conforme Bagno (2007), observa-se tendência marcante dos autores em tratar a variação linguística como equivalente às variedades regionais ou rurais, frequentemente exemplificando com as tirinhas do personagem Chico Bento, como se apenas na linguagem "caipira" ocorresse tal fenômeno. Isso pode levar os alunos a terem visão equivocada de que apenas pessoas de áreas rurais e com baixo nível de escolaridade utilizam essas variedades linguísticas.

Percebe-se, implicitamente, o estigma associado às variedades linguísticas das populações economicamente desfavorecidas, excluídas do âmbito considerado mais culto do domínio da escrita (Lucchesi, 2015). Ao estabelecer dicotomia entre sociedade e língua, o livro didático desempenha papel crucial na criação de visão de mundo estratificada e rigidamente hierarquizada, naturalizando as relações de poder político e econômico.

Ao associar identidade "caipira" àqueles que utilizam determinada variedade linguística, compreende-se, em concordância com Moita Lopes (2013), que a ideologia da língua padrão molda identidades, preconceitos e estigmas, polarizando a língua entre certo e errado, padrão e não padrão. Simultaneamente, a estratégia ideológica de rotular certos usos como "caipira" não se limita a uma avaliação da língua, mas principalmente dos seus falantes. Milroy (2011) destaca que as variedades linguísticas não possuem prestígio intrínseco: seu prestígio está vinculado ao prestígio dos seus falantes.

7.1.4. Análise da Coleção "Projeto Teláris Essencial"

Na análise do volume destinado ao 6º ano, constatou-se que, dos oito capítulos, apenas o capítulo 1 apresenta breve seção intitulada "Língua: usos e reflexão", a qual faz referência direta à variação linguística. É relevante notar que a variação linguística, nesta coleção, é abordada dentro do capítulo intitulado "Causo/Conto", o que suscita questionamento sobre se não deveria ter recebido tratamento em capítulo exclusivo.

Ao examinar a seção "Língua: usos e reflexão", nota-se que, embora não haja discussão explícita sobre a noção de língua e linguagem, as autoras optam por introduzir o fenômeno da variação linguística abordando questões relacionadas à adequação linguística, formalidade e informalidade. As autoras esclarecem a existência de diversas variedades linguísticas no território brasileiro, influenciadas pela extensão territorial e por fatores como a situação comunicativa, a circunstância do usuário, o interlocutor, a intenção, a região e o grupo social dos falantes.

Evidencia-se que o livro reconhece a diversidade linguística e destaca viés

sociolinguístico ao enfatizar que no Brasil são faladas diversas variedades linguísticas. Entretanto, identifica-se lacuna na ausência de referência a outras línguas faladas no Brasil, particularmente as línguas indígenas, o que seria essencial, especialmente considerando que este é o primeiro volume da coleção.

Em relação ao volume do 9º ano, investigou-se a coerência entre o capítulo específico sobre variação e aqueles que tratam dos fenômenos morfossintáticos peculiares do Português Brasileiro (PB). Observa-se, na análise dos oito capítulos, a presença de seção denominada "Unidade Suplementar", subintitulada "Competência Comunicativa". Nessa seção, destaca-se aspecto positivo quando se menciona, ainda que brevemente, a variação morfossintática, seguindo a observação de Bagno (2007), que ressalta que é comum nos materiais didáticos limitar a abordagem da variação linguística a fenômenos superficiais, como sotaque e vocabulário.

No início da unidade suplementar, são discutidos os conceitos de estrangeirismo e neologismo, evidenciando a heterogeneidade intrínseca à língua por meio de exemplos de palavras usadas cotidianamente, como "panelaço" e "gatíssimo", mesmo que não estejam registradas nos dicionários.

7.1.5. Análise da Coleção "APOEMA: Português"

O Manual do Professor referente ao 7º ano da coleção APOEMA é dividido em oito unidades didáticas, cada qual composta por dois capítulos. Precedendo as orientações pedagógicas, há seção introdutória na qual se expõe a proposta teórico-metodológica, alinhada com as diretrizes da BNCC e do PNLD. As autoras reservam subseção denominada "Variação linguística, tolerância e inclusão" para discutir questões relacionadas à variação linguística, abordando conceitos fundamentais e embasando-se em contribuições acadêmicas pertinentes.

Nessa subseção, é explorada a variação estilística, que se manifesta de acordo com os diferentes papéis sociais desempenhados pelos interlocutores, e a variação regional, que permite identificar a procedência geográfica dos falantes. As autoras elucidam como essas variações

são incorporadas nos livros didáticos: a primeira por meio da análise dos efeitos de sentido resultantes das escolhas linguísticas; a segunda através da apresentação de textos de autores oriundos de diferentes regiões do Brasil e de outros países lusófonos.

Em relação aos conceitos de norma culta e norma-padrão, o manual enfatiza a importância do domínio da língua-padrão na ampliação do repertório linguístico dos alunos e na preparação para interações em ambientes socialmente reconhecidos. O ensino da diversidade e das variações linguísticas é contextualizado considerando tanto a norma-padrão quanto outras variantes, sem negligenciar a relação entre a variante linguística e sua inserção social e política.

Posteriormente, as autoras ressaltam o papel da escola na promoção da conscientização sobre o preconceito linguístico e na valorização da diversidade cultural. O tratamento da variação linguística no 7º ano é abordado por meio das habilidades EF69LP07, EF69LP12, EF69LP47, EF69LP55 e EF69LP56. As habilidades EF69LP07 e EF69LP12 são abordadas no Capítulo 2 da Unidade 3, por meio da transcrição de uma entrevista entre Pedro Bial e o rapper Emicida.

7.2. Quadro Comparativo das Coleções Analisadas

Quadro 2 – Síntese comparativa da abordagem da variação linguística

Critério	Singular e Plural	Tecendo Linguagens	Português: Linguagens	Projeto Teláris Essencial	APOEMA: Português
Capítulo exclusivo sobre variação	Sim	Não	Não	Não	Sim
Abordagem de variedades estigmatizadas	Sim, com ênfase na valorização	Não, apenas formal/informal	Sim, mas de forma estereotipada	Parcial, apenas menção	Sim, com fundamentação teórica

Critério	Singular e Plural	Tecendo Linguagens	Português: Linguagens	Projeto Teláris Essencial	APOEMA: Português
Menção ao preconceito linguístico	Sim	Não	Implícita	Não	Sim
Exemplos de diferentes regiões	Sim, variados	Superficiais	Restritos ao estereótipo caipira	Parciais	Sim, com textos regionais
Atividades reflexivas	Sim, diversificadas	Limitadas	Prescritivas	Limitadas	Sim
Articulação com BNCC	Parcial	Parcial	Parcial	Parcial	Explícita

7. 3. Formação do Professor para a Abordagem das Expressões Regionais e o Preconceito Linguístico

A formação docente constitui processo de natureza contínua e dinâmica, cuja relevância se revela essencial à promoção de educação verdadeiramente inclusiva e sensível às diversidades linguísticas e culturais. Nesse cenário, torna-se imperativo que os professores estejam preparados para reconhecer, valorizar e respeitar as distintas formas de expressão linguística apresentadas pelos educandos, bem como para atuar no enfrentamento da estigmatização e do preconceito linguístico que ainda permeiam o ambiente escolar.

A insuficiência de formação específica destinada aos docentes no que concerne às abordagens das variações linguísticas e do preconceito linguístico configura-se como questão premente. Evidencia-se que parcela significativa dos professores não recebe formação inicial adequada acerca

dessas temáticas ao longo de seu percurso formativo nos cursos de licenciatura. A ausência de componentes curriculares dedicados à sociolinguística e aos estudos sobre preconceito linguístico contribui para essa lacuna, comprometendo a preparação dos futuros educadores (Freitas; Vasconcelos, 2021).

A natureza multifacetada dos fenômenos atinentes à variação linguística demanda formação continuada e aprofundada dos professores. Não obstante essa necessidade, muitos educadores deparam-se com obstáculos significativos para acessar oportunidades de desenvolvimento profissional nessa área. A escassez de cursos de capacitação e atualização direcionados à sociolinguística configura realidade que limita o desenvolvimento das competências necessárias à abordagem eficaz dessas questões (Barbosa, 2015).

Para viabilizar a capacitação docente, diversas propostas podem ser implementadas, destacando-se a oferta de cursos de formação continuada específicos, que abranjam tanto os fundamentos teóricos da sociolinguística quanto as práticas pedagógicas voltadas ao trabalho com a diversidade linguística (Tino, 2020). A realização de oficinas práticas e workshops mostra-se particularmente profícua, proporcionando aos professores experiências concretas de reflexão e elaboração de estratégias didáticas (Tino, 2020). A criação de grupos de estudo e discussão também se revela estratégia valiosa, possibilitando o compartilhamento de experiências e a busca de soluções conjuntas (Tino, 2020).

Igualmente relevante mostra-se a elaboração e disponibilização de materiais didáticos específicos, tais como livros, manuais, guias pedagógicos e recursos audiovisuais que ofereçam subsídios teóricos e práticos para o trabalho com as questões de variação linguística (Barbosa, 2015). Ademais, a integração da temática em disciplinas de caráter interdisciplinar, articulando Língua Portuguesa, História, Sociologia e Antropologia, permite explorar as relações entre linguagem, cultura e sociedade a partir de perspectivas múltiplas (Pessoa, 2008).

A integração da interdisciplinaridade na formação do professor emerge como necessidade premente na abordagem das expressões regionais e do preconceito linguístico. Ao contemplar diferentes campos disciplinares, os docentes são expostos a espectro amplo de perspectivas que enriquecem sua compreensão acerca desses fenômenos complexos. A Sociologia oferece insights

sobre as dinâmicas sociais que subjazem à construção de estereótipos linguísticos, enquanto a História proporciona entendimento contextualizado das origens e transformações desses preconceitos (Pessoa, 2008). A Antropologia contribui com a compreensão das relações entre linguagem, cultura e identidade, ampliando o olhar do professor para a dimensão simbólica e identitária inerente aos usos linguísticos.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo comparativo empreendido entre diferentes coleções de livros didáticos de Língua Portuguesa destinados ao ensino fundamental anos finais permitiu a emergência de conclusões substantivas para a compreensão do tratamento dispensado à variação linguística e ao preconceito linguístico. Em primeiro plano, verificou-se que a variação linguística é abordada de maneira heterogênea, observando-se que alguns manuais oferecem tratamento mais abrangente, sem que, contudo, qualquer deles logre êxito em superar as limitações concernentes à profundidade analítica e à inclusão efetiva das variedades estigmatizadas do português brasileiro, o que contribui para a manutenção e reprodução do preconceito linguístico no espaço escolar.

A análise revelou que a coleção "Singular e Plural" apresenta estudo mais abrangente sobre a temática, incorporando explicitação de conceitos fundamentais e diversidade mais ampla de textos e questões que convidam à reflexão crítica. Em contrapartida, a coleção "Tecendo Linguagens" circunscreve-se à exemplificação restrita das modalidades formal e informal da língua, sem aprofundar as implicações socioculturais subjacentes. A coleção "Português: Linguagens" revelou abordagem problemática ao associar variação linguística predominantemente ao estereótipo "caipira", perpetuando estigmas. A coleção "Projeto Teláris Essencial" apresenta menções pontuais à variação, mas sem aprofundamento sistemático. A coleção "APOEMA: Português" destaca-se pela articulação explícita com as habilidades da BNCC, embora ainda apresente limitações na abordagem de variedades efetivamente

estigmatizadas.

A pesquisa permitiu confirmar a hipótese inicialmente formulada, segundo a qual o preconceito linguístico e a sub-representação das expressões regionais nos livros didáticos refletem visão normativa e centralizada da linguagem, que desconsidera a diversidade linguística e cultural inerente à realidade brasileira. Os materiais pedagógicos analisados evidenciam tendência a favorecer a norma culta em detrimento das variedades linguísticas populares, contribuindo para a perpetuação de estigmas linguísticos e para a exclusão simbólica de grupos sociais marginalizados.

No que concerne ao papel do PNLD e da BNCC, observou-se que, embora os documentos oficiais estabeleçam diretrizes para o tratamento da diversidade linguística, há significativa distância entre as prescrições e a efetiva implementação nos materiais didáticos. Os editais do PNLD e as habilidades da BNCC preveem abordagem crítica da variação linguística, mas os livros analisados frequentemente priorizam outras dimensões, relegando a ênfase na diversidade linguística a plano secundário. Essa tensão evidencia a necessidade de maior rigor nos critérios de avaliação dos livros e de formação docente que capacite os professores a explorar criticamente esses conteúdos.

À guisa de proposições para investigações futuras, sugere-se que novas pesquisas se voltem ao desenvolvimento e à avaliação de estratégias pedagógicas mais eficazes para a abordagem da variação linguística em sala de aula, bem como à investigação do impacto dessas estratégias no enfrentamento do preconceito linguístico. Ademais, mostra-se relevante explorar a integração da temática da variação linguística em disciplinas interdisciplinares e a elaboração de materiais didáticos específicos que contemplem, de forma mais completa e contextualizada, as questões concernentes à diversidade linguística.

Outra vertente promissora concerne ao exame das percepções e experiências dos alunos em relação ao ensino da variação linguística, buscando-se compreender como estes percebem a diversidade linguística em sua própria comunidade e de que maneira tais percepções afetam sua autoimagem e identidade linguística. Nessa mesma direção, seria profícuo investigar o papel das tecnologias digitais no ensino da variação linguística, examinando como ferramentas

tecnológicas podem ser mobilizadas para engajar os alunos com a diversidade linguística em diferentes contextos educacionais.

Em suma, há multiplicidade de áreas de pesquisa promissoras que podem contribuir significativamente para o aprimoramento da abordagem da variação linguística no contexto educacional. Ao continuar explorando essas temáticas, os pesquisadores poderão colaborar efetivamente para a promoção de educação mais inclusiva e equitativa, que valorize e respeite a diversidade linguística e cultural de todos os alunos.

9. REFERÊNCIAS

AGUILERA, V. A. A geolinguística no Brasil: estágio atual. In: RAMOS, J. (Org.). **Estudos sociolinguísticos: os quatro vértices do GT da ANPOLL**. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2006.

AGUILERA, V. A.; DOIRON, M. **Estudos geossociolinguísticos brasileiros e europeus: uma homenagem a Michel Contini**. Cascavel: EDUNIOESTE; Londrina: EDUEL, 2016.

ALTINO, F. C. **Múltiplos olhares sobre a diversidade linguística: uma homenagem à Vanderci de Andrade Aguilera**. Londrina: Midiograf, 2012.

ANTUNES, I. **Língua, texto e ensino**. São Paulo: Parábola, 2009.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999.

BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola, 2007.

BARBOSA, A. G. Variação linguística no curso de letras: práticas de ensino. In: ZILLES, A. M. S.; FARACO, C. A. (Org.). **Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino**. São Paulo: Parábola, 2015.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.

BRASIL. Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1985.

BRASIL. Ministério da Educação. **Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o PNLD 2017**. Brasília: MEC, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

CAMPOS, L. R. M. et al. A revisão bibliográfica e a pesquisa bibliográfica numa abordagem qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 22, n. 57, 2023.

CARDOSO, S. A. **Atlas Linguístico do Brasil**. 2. ed. Londrina: EDUEL, 2014.

DE CASTILHO, A. T. **A língua falada no ensino de português**. São Paulo: Contexto, 1998.

DE SOUZA, F. E. M. Teorias linguísticas e suas concepções de gramática: alcances e limites. **Revista Linguagem em Foco**, Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 37-48, 2019.

ELIAS, V. (Org.). **Ensino de língua portuguesa: oralidade, escrita, leitura**. São Paulo: Contexto, 2011.

FREITAS, J. R. C.; VASCONCELOS, S. T. **Preconceito linguístico**: reflexões sobre o papel docente na prática educativa. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

GONÇALVES, P. C. C. **Políticas públicas de livro didático**: elementos para compreensão da agenda de políticas públicas em educação no Brasil. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

GRODT, A.; SCHNEIDER, A. Resenha de "Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação", de Maria Cecília Mollica e Maria Luiza Braga (orgs.). **ReVEL – Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, v. 5, n. 9, ago. 2007.

ILARI, R. O estruturalismo linguístico: alguns caminhos. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística 3**: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004. p. 53-92.

KLEIMAN, A. B. **Texto e leitor**: aspectos cognitivos da leitura. Campinas: Pontes, 2009.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones**, v. 14, n. 2, 2015.

LAJOLO, M. O livro didático: velho tema, revisitado. **Em Aberto**, INEP, Brasília, n. 35, 1987.

LUCCHESI, D. **Língua e sociedade partidas**: a polarização sociolinguística do Brasil. São

Paulo: Contexto, 2015.

MARTELOTA, M. E. **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2008.

MILROY, J. Ideologias linguísticas e as consequências da padronização. In: LAGARES, X. C.; BAGNO, M. (Org.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2011. p. 49-87.

MOITA LOPES, L. P. Ideologia linguística: como construir discursivamente o português no século XXI. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola, 2013. p. 18-52.

MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Org.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003.

NARITA, F. Z. Livros didáticos na formação do Brasil. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 9, n. 108, p. 182-185, 14 abr. 2010.

NETO, J. B. Teorias linguísticas contemporâneas: superação e rupturas. **Línguas & Letras**, v. 19, n. 43, 2018.

PESSOA, M. S. Formação de professores, variação dialetal e aquisição da linguagem oral e escrita em terra de migrantes: uma constatação no Portal da Amazônia – Brasil. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 10, n. 2, p. 137-152, 2008.

PICOLI, L. Expressões cristalizadas no livro didático de língua portuguesa. **Revista do GELNE**, v. 24, n. 1, p. 164-176, 2022.

PIEROZAN, S. K. M.; PEDRASSANI, J. S. A variação linguística em livros didáticos de língua portuguesa do 7º ano: uma análise sob a luz da BNCC. **Travessias**, Cascavel, v. 16, n. 1, p. 48-66, jan./abr. 2022.

PIZZANI, L. et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista RDBCI**, v. 10, n. 2, 2012.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

RAMOS, J. **Estudos sociolinguísticos: os quatro vértices do GT da ANPOLL**. Belo Horizonte: Fale/UFGM, 2006.

RAMOS, C. M. **Pelos caminhos da dialetologia e da sociolinguística: entrelaçando saberes e**

vidas – homenagem a Socorro Aragão. São Luís: EDUFMA, 2010.

RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. **Português Brasileiro II: contato linguístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

SÁ, P. R.; FERREIRA, L. G. Livro didático de Língua Portuguesa: contribuições e implicações em sala de aula nas séries iniciais. **Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 22, n. 1, p. 136-154, jan./jun. 2015.

SANTANA, A. C. M.; MERLI, R. O ontem e o hoje na construção do livro didático de português. **Signum: Estudos da Linguagem**, v. 24, n. 2, p. 28-42, 2021.

SILVA, E. A. L. A importância da língua portuguesa no contexto de aprendizagem do aluno do ensino fundamental. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 4, ed. 6, v. 4, p. 19-31, jun. 2019.

SILVA, J. R. S.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, ano I, n. I, jul. 2009.

SILVA OTA, I. A. O livro didático de língua portuguesa no Brasil. **Educar em Revista**, n. 35, p. 211-221, 2009.

SOUZA OLIVEIRA, G.; MARQUES GONÇALVES, R. Livro didático no Brasil: um panorama do Programa Nacional do Livro e Material Didático. **Communitas**, v. 5, n. 9, p. 393-401, 2021.

SUASSUNA, L. Ensino de língua portuguesa: problemas e perspectivas metodológicas. **Tópicos Educacionais**, Recife, v. 13, n. 1/2, p. 31-39, 1995.

SUASSUNA, L. Ensino de língua portuguesa: os gêneros textuais e a "ortodoxia escolar". In: ZOZZOLI, R.; OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Leitura, escrita e ensino**. Maceió: EDUFAL, 2008. p. 111-136.

TINO, J. D. O preconceito linguístico e o "r" retroflexo: construção da variabilidade linguística no Brasil. **Pedagogia em Ação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 83-91, 2020.

WEEDWOOD, B. **História concisa da linguística**. São Paulo: Parábola, 2002